

SINDICAL

CUT reúne 1 milhão contra mudança na CLT - Mais de 1 milhão

de trabalhadores participaram dos protestos, manifestações e paralisações contra o projeto de lei que altera a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), segundo estimativa da CUT (Central Única dos Trabalhadores), que organizou o "Ato Unificado contra a Redução dos Direitos dos Trabalhadores".

Nos cálculos da central, ao menos 200 mil trabalhadores dos setores público e privado de mais de cem cidades participaram de atos de protesto ontem e mais de 1 milhão teriam cruzado os braços durante algum período do dia.

"Cumprimos nosso objetivo, que era chamar a atenção de toda a população. Não podemos permitir que se reduzam os direitos dos trabalhadores. Aceitamos negociar, sim. Mas nunca [negociar] os direitos mínimos que os trabalhadores brasileiros já conquistaram", afirmou João Felício, presidente nacional da CUT.

Em **São Paulo**, uma passeata da avenida Paulista até a praça da República reuniu 4.000 estudantes, professores, metalúrgicos, químicos, funcionários do setor da saúde, entre outros, segundo a PM. Para a CUT, foram 5.000. No final do protesto, por volta das 19h, os manifestantes queimaram bonecos que representavam o presidente FHC, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, e o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva. No centro, cerca de 15 mil bancários que trabalham em oito bancos com sedes ou agências nas ruas Boa Vista e XV de Novembro também fizeram manifestação.

Em **Campinas** (SP), 10 mil pessoas aderiram ao protesto em atos que aconteceram em universidades, no centro e na prefeitura. Ainda em São Paulo, no **Vale do Paraíba**, 20 mil trabalhadores aderiram ao dia de protesto, que parou 11 fábricas. A unidade da LG Philips não abriu durante todo o dia e a produção das fábricas da GM e da Volks foi paralisada durante duas horas e meia.

No **ABC**, 30 mil metalúrgicos da Volks, Scania e Ford e de dez autopeças pararam por até duas horas e meia. Não houve prejuízos à produção de veículos, de acordo com as assessorias das empresas.

Nas universidades federais do **Rio de Janeiro**, houve paralisação de 24 horas. Também pararam parcialmente, de acordo com a CUT, funcionários da Reduc (Refinaria Duque de Caxias) e da agência central dos Correios. Houve ato de protesto, em frente à sede da Embratel, no centro.

Em outros Estados, passeatas, fechamento do comércio, bloqueios de estradas, congestionamentos e depredações de ônibus marcaram o dia de protestos.

Distrito Federal, Bahia, Ceará, Goiás, Paraíba e Rio Grande do Sul registraram as maiores adesões à manifestação da maior central sindical do país.

Em Salvador, na **Bahia**, pelo menos 800 ônibus ficaram parados durante toda a manhã, provocando congestionamentos pelas principais vias da cidade.

No Rio Grande do Sul, houve manifestações em Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas e Capão do Leão. Na capital gaúcha, houve congestionamentos durante toda a manhã. Cerca de 140 mil pessoas ficaram sem o metrô.

Em Goiás, cerca de 5.000 pessoas participaram de mobilização na capital, Goiânia. No Ceará, **Aracaju** (SE), **Maceió** (AL), **Palmas** (TO), **Florianópolis** (SC), **Belém** (PA), **Teresina** (PI) e Vitória (ES) houve passeatas, sem incidentes. No **Paraná**, houve protestos em Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu, com pouca participação. (*Folha Online e FSP, 22/03/02*)

Ministério Público vai anular acordos da Força que reduzirem direitos- O Ministério Público do Trabalho avisou ontem que irá abrir uma ação para anular qualquer contrato de flexibilização da CLT que vier a ser assinado pelos sindicatos filiados à Força Sindical e empresários. "Vamos entrar com ações anulatórias, pois não é possível que a Justiça deixe o trabalhador sair prejudicado por uma negociação dessa", diz o responsável pela Coordenadoria da Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos do Ministério Público do Trabalho, Orlando Mello.

Segundo o procurador todas essas alterações na CLT ferem os interesses individuais e coletivos dos trabalhadores. Ontem, o procurador enviou requerimento à Força Sindical solicitando cópia do contrato de flexibilização que a entidade pretende assinar hoje com o sindicato patronal das autopeças. Segundo, Melo, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, recusou-se a receber os oficiais que tiveram de protocolar o requerimento no Departamento Jurídico da entidade. (*Informacut*, 97 – 21/-3/2002)



Ocupação da fazenda da família de FHC termina; 16 líderes são presos-

Os 500 sem-terra que invadiram a fazenda em Buritis (MG) saíram do local nesta madrugada. Os 16 presos chegaram algemados à PF em Brasília. A prisão gerou uma crise no governo.

Invasão em Minas Líderes sem-terra são presos e algemados pela Polícia Federal, após negociação, na fazenda dos filhos de FHC

Ato pede sobretaxa para aço estrangeiro - A elevação de 12% para 25% na taxa de importação de produtos da área de siderurgia foi defendida na última sexta-feira por prefeitos, parlamentares, empresários e trabalhadores que participaram de manifestação em Ipatinga (MG), em defesa da siderurgia nacional e contra as barreiras impostas pelos Estados Unidos. O PT foi um dos promotores do ato.

O protesto aconteceu no mesmo dia em que a Comunidade Européia anunciou que também vai sobretaxar em até 35% o aço brasileiro. "Se o nosso governo não recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) o prejuízo para o setor será incalculável", afirmou o deputado João Magno (PT-MG). Ele citou que somente com a sobretaxa imposta pelos EUA a exportação brasileira cairá de 3,5 milhões de toneladas para 2,5 milhões de toneladas este ano. O prejuízo é estimado em US\$ 490 milhões.

Para o candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que participou do ato, a reação do governo brasileiro diante das barreiras impostas foi "muito tímida". Ele acrescentou que o governo já poderia ter recorrido à OMC, além de já estar preparando o mercado interno para absorver a produção excedente, "com o investimento na infra-estrutura e energia elétrica."

El Ministerio de Trabajo y la CGT, en la OIT para pedir ayuda - El ministro de Trabajo, Alfredo Atanasof, y el secretario general de la CGT oficial, Rodolfo Daer, reclamaron ante el Consejo de Administración de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), reunido en Ginebra, Suiza, la necesidad de recibir ayuda financiera del Fondo Monetario Internacional (FMI).

Atanasof fue suficientemente explícito cuando dijo que "para superar la crisis necesitamos la comprensión de los organismos financieros internacionales y recibir recursos genuinos que nos permitan salir rápidamente de la depresión". A su turno, Daer reseñó que "el Presidente es el quinto elegido por la Asamblea Legislativa como marca la Constitución", lo que le dio pie para asegurar: "En caso de no recibir la comprensión y ayuda requerida, quizás éste pueda ser el último eslabón de la democracia, lo que provocaría sufrimientos al pueblo".

Atanasof deslizó igualmente críticas al Fondo. Dijo que en los "decepcionantes" resultados que la globalización impuso, como un mayor desempleo e desigualdad social, entre otras cuestiones, no sólo fueron determinantes las políticas de la década anterior –admitiendo que "se cometieron errores"–, sino que "los organismos financieros inspiraron o apoyaron enérgicamente las bases e instrumentaciones de la experiencia". (*La Nación*, 19-03-02).

Unos 5000 desocupados cortan rutas para pedir el indulto de un piquetero - Más de 5000 desocupados de la Corriente Clasista y Combativa y de la Federación de Trabajo y Vivienda (FTV) de la CTA cortaron calles y rutas de la provincia de Buenos Aires, reclamando la liberación del dirigente piquetero Emilio Alí, alimentos y planes trabajar.

Al término de la jornada, el diputado provincial Luis D´Elía, de la FTV, dijo que no hubo acuerdo con el gobierno provincial. Y anticipó que en varios puntos del conurbano, las rutas permanecerán cortadas "hasta que Alí salga en libertad". (*La Nación*, 21-03-02).

Crecen las empresas que se declaran en crisis ante Trabajo - Una de las formas de demostrar cabalmente la magnitud de la crisis lo demuestra la cantidad de empresas que han ingresado en el llamado Procedimiento Preventivo de Crisis (PPC), y que pretenden despedir o suspender personal, que van desde decenas, cientos o miles.

Esta cifra asciende desde enero hasta los primeros diez días de marzo a 109 empresas solamente en la Capital Federal y el Gran Buenos Aires y las más perjudicadas pertenecen a la industria manufacturera (como la metalúrgica y la textil) y al comercio.

"Lo que pretende el PPC es que, frente a los pretendidos despidos o suspensiones colectivos, se abra una instancia en el Ministerio de Trabajo para que las empresas demuestren que están en una situación de crisis y si el conflicto laboral que emerge de la misma puede negociarse o racionalizarse", aseguró el secretario de Trabajo, Carlos Tomada.

La ley copia algo que ocurre en la mayoría de los países del mundo, que es el establecimiento de un procedimiento donde la empresa debe justificar la razón económica del despido. La intervención de la cartera laboral en el PPC llega por el pedido del sector sindical o de la propia empresa. Pide balances a la empresa, inspecciona, en definitiva, intenta evitar abusos a partir de la crisis y poner un equilibrio en la situación. "La cuestión es sentar a empresarios y sindicalistas a una misma mesa", dijo Tomada. Igualmente, es severo en explicar: "Cualquier tipo de despido colectivo da lugar, debido a la emergencia, al procedimiento preventivo de crisis."

Así las cosas, el PPC no impide necesariamente los despidos, pero trata de limitar su ejercicio, los racionaliza. (*La Nación*, 17-03-02).

En dólares, los salarios cayeron 60% en promedio - Erosionados por la devaluación del peso, los salarios —y el resto de los ingresos de las personas—, medidos en dólares, entraron en caída libre. Así, en apenas dos meses, y medidos siempre en relación a la divisa estadounidense, cayeron un 60%, acercándose al resto de los vigentes en otras naciones de la región.

La otra consecuencia de la depreciación de la moneda local es que en relación al ingreso por persona (per cápita, en términos técnicos) la Argentina descendió al puesto número 6 en el ranking de los países latinoamericanos: pasó de los 8.950 dólares de 1997 (cuando ocupaba el puesto número uno), a los 3.197,3 dólares anuales, o 266,48 mensuales, de hoy.

Los datos surgen de un estudio de la consultora Equis, que muestra la caída de los ingresos fijos en dólares en Capital Federal y el Gran Buenos Aires.

De esta manera, por ejemplo, mientras el ingreso medio de un asalariado (en blanco) de la Capital era de 1.080 dólares en diciembre del año pasado, en marzo se convirtió en 432,4. Y el de un empleado público del Gran Buenos Aires pasó de 810,34 a 432,4 dólares mensuales. En tanto que un asalariado privado de la Capital pasó de 904,25 a 361,7 dólares. Los trabajadores en negro (es decir, los que no están registrados) del GBA pasaron de recibir 394,83 a cobrar 157,9 dólares.

El estudio, además, muestra cómo impactó la profundización de la crisis sobre los ingresos del sector privado : en todos los casos analizados, el salario público promedio supera al salario privado promedio en un 11%. Además, el salario público promedio resulta un 55% superior al ingreso promedio de los cuentapropistas y más que duplica al salario del trabajador informal privado.

Este dato, el nivel salarial en dólares, tiene especial importancia económica, ya que muchas empresas adujeron que los sueldos argentinos eran muy altos en dólares en relación con los vigentes en otros países, sobre todo en Brasil, que captó no sólo nuevas inversiones, sino también empresas que mudaron sus plantas fabriles desde aquí para aprovechar el menor costo salarial. (*Clarín*, 20-03-02).

UNI solicita ayuda rápida para Argentina - La UNI ha hecho un llamamiento para que se acelere la asistencia internacional para Argentina, que sigue apresada en una terrible crisis económica tras el incumplimiento de la deuda a principios de este año. La UNI quiere una decisión acelerada sobre la financiación para aliviar la miseria social en Argentina.

Una misión de investigación enviada por la UNI a Argentina concluyó que "Argentina tiene que hacer frente a una crisis humanitaria sin precedente en los tiempos modernos" Se crítica al FMI por aplazar su programa de asistencia y buscar nuevas condiciones para la ayuda futura – con el objetivo declarado de "un ambiente económico disciplinado y justo". En una carta dirigida a Horst Köhler, Director Gerente del FMI, Philip Jennings, Secretario General de la UNI, advierte que "Para mejorar el ambiente económico se requiere la reducción del desempleo y el mejoramiento del poder adquisitivo de los trabajadores argentinos." Recientemente, Philip se entrevistó con las afiliadas argentinas. UNI cuenta en Argentina con más de veinte afiliadas de diversos sectores económicos claves que varían del de finanzas, del abastecimiento en energía, a los de comercio, de telecomunicaciones y de media y de servicios.

La pobreza, el desempleo y la disminución del poder adquisitivo han causado una terrible miseria social y tensión", dice Philip en su carta.

"La nación y su población necesitan desesperadamente la ayuda de la comunidad internacional." (UNI News Flash, 21/03/02) Lea el texto completo de la carta al FMI en inglés y español en www.uni.org

Privilegios y recomendaciones crean indignación a funcionarios del BNF- La dirigencia sindical les declaró "guerra" a los principales directivos del Banco Nacional de Fomento (BNF), cuyo presidente, Juan José Galeano Brítez, viola la ley al cobrar su jubilación en la caja y su jugoso salario de más de 15 millones de guaraníes como titular del ente. Los gremios están indignados porque existen privilegios y funcionarias recomendadas que, sin hacer carrera bancaria, del día a la noche ganan más de tres millones de guaraníes.

Un voluminoso documento en que se demuestran las violaciones de las reglamentaciones internas del banco, autorizaciones para el pago de millonarias sumas en concepto de sobregiros a clientes que no reunían la antigüedad necesaria, tasaciones irregulares de propiedades inexistentes, entre otros, será presentado esta semana por la conducción del Sindicato Auténtico de Trabajadores del Banco Nacional de Fomento (Sitrabanfo) ante la Fiscalía. Las contundentes pruebas salpican a Galeano Brítez y a su entorno, quien al dejar la presidencia llevará como gratificación o indemnización más de 300 millones de guaraníes, según los informes. (ABC Collor, 24/03/02)

OPP recomendó a los entes aplazar pago de los sueldos- La Oficina de Planeamiento y Presupuesto (OPP) solicitó a los directorios de los entes autónomos y servicios descentralizados que posterguen el pago de los sueldos hasta el 1º de abril. En marzo, por el feriado de Semana Santa, los funcionarios públicos iban a cobrar el jueves 21.

El secretario del Sindicato Único de las Telecomunicaciones (Sutel), Eduardo Berrondo, dijo a El Observador que en el caso de ANTEL los funcionarios se enteraron del retraso en los pagos por medio del presidente del Directorio, Fernando Bracco.

El viernes 15, a través de una circular interna, Bracco comunicó que el ente pagaría los sueldos el jueves 21, pero el martes 19 informó al gremio que la OPP había aconsejado pagar el 1º de abril. El sindicalista propuso que se pagara el miércoles 27, pero la solicitud no fue aceptada.

La información dada a conocer públicamente ayer por la Mesa Sindical Coordinadora de Entes (MSC) fue confirmada a El Observador por varios directores de entes, los que aseguraron desconocer las razones de la solicitud de la OPP.

Una alta fuente de ANTEL afirmó que la "coordinación financiera" con la OPP es "cotidiana", por lo cual el pedido no llamó la atención al Directorio del ente. Asimismo, los directores de ANCAP, Pablo Abdala y Fernando Saralegui, confirmaron la información y dijeron que la OPP no explicó cuál es la situación que motivó su resolución. Saralegui precisó que no se trató de un petitorio formal y por escrito, sino que el presidente de ANCAP, Jorge Sanguinetti, fue quien les transmitió la sugerencia de la OPP. La solicitud alcanzó también a UTE, Correos y OSE.

En tanto, fuentes técnicas explicaron a El Observador que la intención de la OPP es cerrar el trimestre a marzo con menos déficit, precisaron que ese tipo de operaciones es bastante usual pero con los pagos a proveedores.

El Observador intentó sin éxito hablar con el director de la OPP, Ariel Davrieux.

Por su parte, los empleados de los entes denunciaron ayer en un comunicado que "todos los sueldos de los empleados públicos serán retenidos" con el objetivo de presentar una "liquidez ficticia" de las cuentas públicas al Fondo Monetario Internacional (FMI).

"Coincidiendo con la llegada a Uruguay de la misión económica del FMI, la OPP aconsejó a los directorios de las empresas públicas no pagar los sueldos de los funcionarios en la fecha correspondiente", afirma el comunicado de la MSC divulgado ayer.

Berrondo dijo que Davrieux se negó a recibir a una delegación del gremio de funcionarios. La MSC reúne a los bancarios del sector público y a los funcionarios del BPS, UTE, OSE, ANTEL, ANCAP y portuarios, entre otros. (*El Observador*, 23/03/02)

Miles de personas protestan en Roma contra la reforma laboral- Centenares de miles de personas salieron el sábado a las calles de Roma en una multitudinaria manifestación para protestar contra la reforma laboral y el asesinato de un asesor del gobierno.

La policía dijo que menos de un millón de personas se congregaron en las calles para participar en la protesta, mientras que las organizaciones sindicales situaron la cifra en casi dos millones.

Más de 9.000 autobuses y 60 trenes especiales trasladaron a los afiliados del mayor sindicato de Italia, el CGIL, desde todos los rincones del país hasta la capital, lo que bloqueó el tráfico en el centro de la ciudad.

La policía desplegó un elevado número de agentes para evitar cualquier tipo de disturbios. Cientos de manifestantes antiglobalización se sumaron a la marcha de los sindicalistas.

"Somos muchos y estamos aquí para sumarnos a la lucha contra el terrorismo y defender nuestros derechos", dijo el líder de CGIL, Sergio Cofferati, antes de participar en la multitudinaria manifestación que se congregó en el Circo Massimo.

Organizada en un primer momento para protestar contra los planes del gobierno de reformar el mercado laboral, el objetivo de la manifestación se amplió esta semana para expresar repulsa contra el "terrorismo", tras el asesinato del asesor gubernamental Marco Biagi en la ciudad de Bolonia.

Biagi, un respetado economista que había trabajado con el anterior gobierno de centro-izquierda y que colaboraba en estos momentos con el actual gobierno conservador en temas laborales, fue tiroteado frente a su casa el martes, cuando regresaba del trabajo en bicicleta.

La mayor concentración desde 1994 -El sindicato CGIL, el mayor de Italia, dijo que la masiva asistencia a la manifestación la convertía en la mayor protesta en Italia desde 1994, cuando más de un millón de personas salieron a la calle para protestar contra las propuestas de reforma de pensiones.

"Nuestros derechos fundamentales están en juego, los derechos de los trabajadores y de los pobres", dijo Pietro, un trabajador de la construcción que viajó a Roma desde Brindisi, en el sur de Italia. "No podía no estar aquí", agregó. (CNN en español, 23/03/02)

Mercosul

Mercosul mantém meta de consolidar a União Aduaneira - O

Mercosul, criado em 1991, está à espera de um momento possível para a execução do seu plano de relançamento, uma versão mais completa do que o governo brasileiro chama de "agenda de consolidação e aprofundamento", proposta em 1997. A primeira tentativa de relançar o bloco, isto é, de aprofundar e consolidar aspectos relacionados à união aduaneira aconteceu em 2000, com a posse do governo Fernando de la Rúa. Mas a deterioração do relacionamento comercial entre Brasil e Argentina impediu avanços na agenda.

Só o fato de o plano não ter sido modificado e de estar passando por várias prorrogações mostra que o Mercosul se reafirma como projeto, diz uma fonte diplomática. A existência do bloco é considerada estratégica não só pelo governo brasileiro, mas pelo empresariado do País, como ficou claro, há poucos dias, nas conversas entre o comissário de Comércio da União

Européia (UE), Pascal Lamy, e membros da Coalizão Empresarial brasileira, ligada à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No ano passado, 70% do tempo dos negociadores foi dedicado a contenciosos, lembra um diplomata. A verdade é que a zona de livre comércio e a união aduaneira entre os quatro membros contêm muitas imperfeições. Com referência à integração intrazona - troca de produtos com alíquota zero - dois setores estão sob regime de exceção: o automotivo e o açúcar. Brasil e Argentina têm um acordo bilateral sobre carros e autopeças que precisa se tornar quadripartite. Quanto ao açúcar, o Brasil paga Tarifa Externa Comum (TEC) para entrar na Argentina, o país que mais protege o produto. Fora do acordo automotivo entre Brasil e Argentina e dos dois países com o Uruguai, os carros comercializados no âmbito do Mercosul pagam TEC também.

União aduaneira: Há vários tipos de perfurações à TEC, como uma lista de exceção em que cada país pode eleger cem produtos para os quais reduz a alíquota de importação. O Brasil, por exemplo, troca vinte produtos dessa lista a cada seis meses. A próxima alteração será em junho. Há um debate sobre redução de alíquotas na TEC. A Argentina já a rebaixou para bens de capital mediante um "waiver" (licença) de seus sócios. O Brasil tem um decreto com vigência até final do ano prevendo uma TEC reduzida para importar medicamentos. O Uruguai também autorizou redução unilateral de alíquotas da TEC para bens de capital. Fora isso, a união aduaneira funciona com uma lista de convergência à TEC para bens de informática e de telecomunicações, que termina em 2006. Também existe uma exceção à TEC em que cada país possui cem itens para os quais pode ampliar a tarifa até o final deste ano. Outro tipo de imperfeição da união aduaneira são os regimes especiais de importação que perfuram a TEC, como o drawback.

Como união aduaneira, o Mercosul decidiu que deveria fazer acordos comerciais com outros países latino-americanos e com a União Européia. Só que a crise econômica e a deterioração do relacionamento comercial dentro do bloco afetaram não só o seu aprofundamento, mas também os acordos bilaterais. O Mercosul, que havia negociado em bloco um acordo com a Comunidade Andina (CAN), retrocedeu. Mais tarde, bilateralmente, Brasil e Argentina assinaram acordos com os andinos.

Tratados bilaterais com países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) deveriam ser "mercosulizados", diz uma fonte diplomática. Isso porque, como o agrupamento dos quatro é uma união aduaneira, o relacionamento externo deve ter regras comuns. Daí o surgimento da Decisão 3200, segundo a qual, a partir de junho de 2001, os países-membros não podem mais negociar acordos bilaterais, somente em bloco.

Outra forma de perfuração são consolidações na Organização Mundial do Comércio (OMC) inferiores aos níveis da TEC. "É preciso harmonizar essa consolidação, dar um jeito de oferecer compensações", afirma a fonte diplomática. Se o Mercosul elevar as tarifas consolidadas ao patamar da TEC, deverá pagar compensação aos países prejudicados. O Mercosul tem uma agenda de consolidação da união aduaneira que compreende regulamentos de defesa comercial, acordos antidumping e de direitos compensatórios, salvaguardas, disciplinas sobre incentivos e defesa da concorrência.

Mas nada disso está funcionando. O acordo antidumping intrazona, por exemplo, está parado. Esse acordo, para ser aplicado a terceiros países, precisa ter um uso conjunto, mas a Argentina não aceita tal disposição. Quanto às medidas de salvaguarda extrazona, só o Brasil as aplica.

Mercado comum: quando for possível o relançamento do Mercosul os países voltarão a negociar acordos sobre serviços, compras governamentais e investimentos, itens que fazem parte de uma agenda em direção a um mercado comum. Concretamente, já existem um protocolo de serviços, que está aguardando ratificação no Congresso dos quatro membros, um protocolo de compras governamentais com quatro pontos pendentes e dois protocolos intrazona e extrazona relativos a investimentos.

Institucional: os temas institucionais são os que mais avançaram. A última decisão, adotada no mês passado, foi a criação do tribunal permanente de revisão, que, apesar do nome, é virtual, mas dá aos países e cidadãos o direito de recorrer. A criação do tribunal terá de ser

ratificada pelos congressos dos quatro países e espera-se que entre em vigor não antes de um ano.

Existe também a possibilidade de avanços na secretaria técnica do Mercosul.

O Brasil propõe que a sede da Comissão de Comércio seja Montevidéu.

Negociações externas: O Brasil é o mais interessado em um acordo com os andinos, mas encontra resistências, sobretudo do Uruguai. Do lado da Comunidade Andina de Nações, o principal opositor é a Colômbia, que tem uma relação comercial importante com a Venezuela e não quer abrir seu mercado para produtos agrícolas. Com relação às negociações com a UE, o Mercosul já apresentou sua contraproposta à oferta de Bruxelas. Na Alca, diz a fonte diplomática, "existem papéis do Mercosul sobre vários temas." (Maria Helena Tachinardi-Gazeta Mercantil, 15/03/02)

El Gobierno argentino apura un acuerdo con Brasil para exportar más autos-

La exportación de automóviles aumentará si se cumple el anuncio del presidente Eduardo Duhalde. "En esta semana se intentará llegar a un acuerdo con Brasil, el famoso tres por uno", declaró. Brasil, sin embargo, sólo aceptará un intercambio dos por uno. En la actualidad, la política automotriz del Mercosur (PAM) regula el intercambio sin aranceles entre la Argentina y Brasil: las exportaciones de un país pueden superar en dólares hasta el 15% las ventas del otro. En caso de exceso, la automotriz importadora debe abonar un multa: el 75% del arancel que pagan los coches de fuera del bloque (35%). El Gobierno propuso que las exportaciones de un país puedan triplicar las del otro. Las automotrices locales necesitan vender más afuera porque en el mercado interno sólo se venderán este año entre 90.000 y 110.000 unidades.

El gobierno de Brasilia exige, no obstante, algunas condiciones. Rechaza excluir las autopartes del régimen de intercambio compensado. Propondrá adelantar el libre comercio automotor de 2006 a 2005, incorporar los tractores y la maquinaria agrícola a la PAM, y reducir la exigencia del 30% de contenido nacional en las unidades del Mercosur.

Altas fuentes de la Cancillería pronosticaron que el tres por uno se acordará a cambio de una modificación en la medición del componente local de los autos. En los hechos disminuirá el número de piezas argentinas aunque favorecerá la integración de cadenas productivas, según comentan en el Palacio San Martín. La Argentina, además, pretende excluir la maquinaria agrícola y los camiones pesados a la PAM.

Las terminales de ambos países -cuyos dueños son las mismas multinacionales-, la Asociación de Fábricas Argentinas de Componentes (AFAC) y el Sindicato de Mecánicos (Smata) están de acuerdo en que los autos cuenten un mínimo de 60% de contenido nacional, medido sobre el precio de venta al concesionario. La nacionalidad se dejaría de medir por piezas (un auto tiene más de 3500 y resulta difícil controlarlas) y empezaría a contabilizarse por conjuntos de partes.

Un régimen así suscitaría el rechazo de los fabricantes de materias primas para los componentes: caucho, plástico, chapa y aluminio. Enrique Federico, director de DaimlerChrysler, anticipó que Adefa busca un convenio con ese sector para evitar que sus precios se mantengan en dólares. (La Nación, 20-03-02).

Reunión de Ministros de la producción - El ministro de la Producción, José Ignacio de Mendiguren, recibió a su par brasileño, Sérgio Amaral, y a empresarios de ese país con un pedido: tiempo. Amaral quiere empezar a eliminar barreras en el comercio bilateral, especialmente las medidas antidumping, los valores mínimos a las importaciones y las salvaguardias que interpuso Domingo Cavallo cuando era ministro de Economía. Pero la Argentina vive un tiempo de inestabilidad e incertidumbre sobre el tipo de cambio y los precios, lo que le impide adoptar decisiones. El ministro de Desarrollo brasileño le contestó a De Mendiguren que ellos comprenden la situación y aceptan que este año se multiplicará su déficit comercial con la Argentina. Amaral declaró que busca una liberalización progresiva del comercio, pese al mayor apuro de la Argentina.

Junto con el ministro de Desarrollo de Brasil, Sergio Amaral, llega una misión de 40 empresarios brasileños. De Almeida dijo que esos empresarios llegaban en busca de adquirir empresas argentinas, baratas por la crisis económica del país y por la propia devaluación del peso, que depreció el valor de los activos. Así ocurrió en Brasil en 1999, cuando las

adquisiciones de activos brasileños por parte del capital extranjero aumentaron. Sus declaraciones le provocaron algunos disgustos, que él minimiza. La embajada de Brasil en la Argentina no suscribió la tesis de que los empresarios venían "de compras". E incluso organizaciones bilaterales de empresarios llegaron a mostrar su desagrado y a transmitirlo al gobierno argentino, respecto de lo que se consideró un acto de soberbia del capital brasileño.

Sindicalistas participaron: En una parte de la reunión participaron también una delegación de dirigentes de la CGT y CTA (Argentina), CUT y FS (Brasil), PIT-CNT (Uruguay) y CUT (Paraguay), organizaciones que integran la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur –CCSCS, que fueron a decir que para los sindicatos es fundamental retomar el proceso de discusión de una política industrial del Mercosur y que los sindicalistas quieren hacer parte de esa discusión. La presencia y pronunciamiento de los sindicalistas fue muy bien recibida por los dos Ministros. (*La Nación*, 21y 22/03/02y *Correo Sindical Mercosur*).

Rodada deve aproximar a Europa do Mercosul - Cerca de mil pequenos e médios empresários da Europa e do Mercosul estarão buscando oportunidades de negócios e parcerias estratégicas no Partenariat 2002 - um megaevento com apoio da Comissão Europeia que será realizado no RioCentro, na Zona Oeste do Rio, entre os dias 10 e 12 de abril. A previsão dos organizadores é de que o encontro resulte num potencial de negócios de 200 milhões de euros ao longo de um ano.

"O Partenariat é um espaço para a internacionalização das pequenas e médias empresas e tem como um de seus objetivos estimular as parcerias estratégicas entre os empresários das duas regiões", diz o conselheiro econômico da delegação europeia no Brasil, Stefano Gatto. Ele considera que os empresários participarão do encontro atentos à perspectiva futura de liberalização comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE).

Segundo Gatto, o Partenariat complementa outras iniciativas em curso como a aprovação de um pacote de facilitação de negócios para os empresários da UE e do Mercosul. No Partenariat, os 750 empresários europeus terão reuniões de trabalho agendadas previamente com cerca de 250 empresas do Mercosul. Estarão presentes empresários das áreas de energia, agroindústria e meio-ambiente. (Valor Econômico, 20/03/02)

Mercosul se nega a aceitar subsídios- O Mercosul não vai abrir seu mercado a produtos subsidiados pela União Europeia (UE), disse hoje no Parlamento Europeu o embaixador argentino junto à UE, Roberto Lavagna. "Estamos dispostos a abrir nosso mercado sempre, desde que não seja à produção subsidiada", declarou à comissão parlamentar europeia encarregada da América do Sul e do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

"O Mercosul e a Argentina aceitam que a discussão sobre subsídios se dê na rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC) lançada em novembro no Catar, mas com uma única exceção: não abrirão seu mercado a produtos europeus subsidiados", assinalou.

Segundo o jornal Le Monde, o diretor da comissão europeia para América Latina, Francisco Da Camara, deixou claro que a negociação para eliminar os subsídios da UE à agricultura "é questão da OMC". "Embora Mercosul e Argentina sofram nossos subsídios, não somos os únicos que damos estes incentivos", disse Da Camara em alusão aos Estados Unidos. (*Gazeta Mercantil*, 20/03/02)

Argentina baja aranceles de importación para 1.500 productos- El Gobierno argentino ordenó hoy una reducción del orden de siete puntos porcentuales en los aranceles de importación de más de 1.500 productos, muchos de ellos considerados de primera necesidad, informaron fuentes oficiales.

Esos artículos tienen una influencia superior al 30 por ciento en la formación del índice de precios al consumidor que se elabora en los organismos oficiales. En la lista de productos a los que se les bajarán los aranceles figuran artículos de consumo esencial, bienes manufacturados e insumos para la producción.

Los productos alcanzados que hasta ahora tenían un arancel del 28 por ciento volverán al arancel externo común del Mercosur, por lo que bajarán hasta el 12,5 por ciento, en el caso de

los aceites puros, y al 14,5 por ciento en los aceites mezcla. Al 16,5 por ciento se reducirán los aranceles para leche fluida y manteca, al 18,5 por ciento la leche en polvo y los quesos, al 16,5 por ciento los tomates en lata, al 12,5 por ciento los cítricos y manzanas, y al 22,5 por ciento la indumentaria, el calzado y las bebidas gaseosas, entre otros productos. (El País/Uruguay, 20/03/02)

ALCA, UE, OMC

União Européia já tem lista de produtos que serão

taxados- Comissão Européia, braço executivo da União Européia, já anunciou uma lista de produtos que deve ser objeto de retaliação na disputa com os Estados Unidos sobre o aço.

"A Comissão entregou ontem, 22.03.02, aos Estados-membros o que considera uma lista apropriada que será apresentada à Organização Mundial do Comércio (OMC) a fim de proteger nossos direitos, para impor medidas em resposta aos Estados Unidos por causa (das tarifas) do aço", disse a jornalista e porta-voz da Comissão, Anthony Gooch.

No entanto, Gooch salientou que a retaliação será aplicada apenas se fracassarem os esforços para conseguir uma compensação pelas tarifas norte-americanas.

Gooch não adiantou o conteúdo da lista, mas fontes da União Européia afirmam que estariam incluídos produtos têxteis e cítricos, além do aço.

Quando perguntado sobre o motivo destas medidas, Gooch disse que a finalidade é alertar a outra parte na disputa a acatar as regras da OMC.

O presidente dos EUA, George W. Bush, decidiu neste mês fixar tarifas de até 30% sobre a importação de aço, que entraram em vigor na última quarta-feira. A medida visa proteger o setor siderúrgico do país, mas provocou indignação nos principais países exportadores do produto, dentre estes a UE e o Brasil.

A UE já apresentou ante a OMC uma reclamação contra os EUA pela fixação das tarifas, o que considera uma violação das regras de livre comércio estabelecidas pelo organismo. (Reuters) (Global 21,23/03/02)

EMPRESAS E SETORES

Gestiones oficiales para ayudar a las automotrices

a exportar- La posibilidad de exportar una mayor cantidad de automóviles fabricados en la Argentina podría encender una luz de esperanza en el sombrío horizonte que se vislumbra para la industria automotriz que, castigada por la fuerte reducción del consumo interno, está virtualmente paralizada desde fines del año último.

Las expectativas más optimistas del gobierno nacional, que trabaja junto con el de la provincia de Córdoba y las terminales automotrices en la definición de acciones que permitan reactivar la producción de autos, giran en torno de que las terminales logren colocar unos 200.000 vehículos en el exterior.

La clave del programa es conseguir precios internacionales para ciertos insumos básicos de la producción automotriz, como el aluminio, la chapa y los de la industria petroquímica, ya que eso nos permitiría alcanzar competitividad, dijeron funcionarios. En este punto están trabajando el Ministerio de la Producción de la Nación y las terminales nucleadas en la Asociación de Fábricas de Automotores (Adefa). Asimismo, el Presidente le encomendó al gobernador de Córdoba que, aprovechando la buena relación que mantiene con Cardoso, procure una flexibilización del acuerdo de intercambio compensado entre la Argentina y Brasil para alcanzar una relación de "tres por uno", lo que implicaría incrementar la exportación de 60.000 vehículos anuales a 180.000. A su vez, Duhalde intentará, durante el viaje que realizará pasado mañana a México, formalizar con su par Vicente Fox el acuerdo que ya existe entre las empresas de aquel país y las nucleadas en Adefa para exportar otras 20.000 unidades. También están avanzadas las negociaciones con Chile.

En tanto, el secretario general del Sindicato de Mecánicos de Córdoba, Omar Dragún, aseguró que "incrementar las exportaciones es la única salida para conservar las fuentes de trabajo" y

anticipó que en los próximos días participará de una reunión con el presidente Duhalde y las autoridades de las terminales que fabrican en la Argentina "para seguir elaborando propuestas para el sector". (*La Nación*, 18-03-02).

UE deve anunciar cotas para produtos acabados e tarifa extra-cota de 25%-

União Européia deve anunciar as restrições contra o aço importado para proteger sua indústria siderúrgica, em reação à recente decisão protecionista dos Estados Unidos. A UE deve adotar cota global temporária pelo período de 200 dias e uma única tarifa extracota.

A tarifa extracota seria por volta de 25%, ao invés de taxas diferenciadas de 15% a 40% para diferentes produtos, como estava em estudo.

O volume da quota única dependeria de decisão final sobre os produtos cobertos e os excluídos. Em todo caso, a média do período-base (1999-2001) indica importação de 24,7 milhões de toneladas. A UE planeja permitir 10% mais de importação que o nível médio como "margem de segurança" e mostrar que a salvaguarda não é para fechar mercado.

Sobre os produtos cobertos pela quota, haveria lista de 21 categorias, com nomenclatura diferente dos americanos, que se concentraram em 10 categorias. No fundo, o número de produtos afetados seria equivalente.

Felizmente, os semi-acabados, principal produto de exportação siderúrgica brasileira para a Europa, seriam excluídos das salvaguardas.

As exportações da Rússia, Ucrânia e Casaquistão poderiam ser excluídas das restrições porque já estão submetidas a um contingenciamento específico.

A salvaguarda européia, que deve entrar em vigor no começo de abril, poderá deflagrar outras medidas de proteção no resto do mundo. Os europeus alegam que não podem permitir a entrada de até 16 milhões de toneladas de aço barato e em excesso, que deprimiriam os preços e ameaçaria empregos no continente.

Brasil solicita formalmente aos EUA isenção das barreiras contra a importação de aço

-O Brasil solicitou oficialmente ao Governo dos EUA que faça revisão das barreiras ao aço nacional. Em reunião de mais de duas horas em Genebra com autoridades norte-americanas, diplomatas do Itamaraty demonstraram que os prejuízos comerciais do Brasil podem chegar a US\$ 400 milhões por ano e, portanto, solicitaram que o país seja excluído das salvaguardas.

A esperança do Brasil é de que a Casa Branca considere os argumentos do Itamaraty e que, ao menos, amplie a quota de exportação do aço brasileiro ao mercado norte-americano. Na avaliação da indústria brasileira, o aumento das quotas das atuais 2,7 milhões de toneladas para 3,7 milhões poderia ser suficiente para que a disputa fosse solucionada, pelo menos no que se refere aos produtos semi-acabados.

Um dos argumentos utilizados pelo Brasil foi de que a sobretaxa às importações foi além do dano causado pelos produtos estrangeiros. Outro argumento é que Canadá e México, apesar de serem dois dos principais fornecedores de aço dos Estados Unidos, ficaram de fora das barreiras.

Pedido de compensações foi o foco da reunião também realizada também em Genebra entre os EUA e a UE. Bruxelas indicou que poderá pedir compensações no valor de US\$ 2,5 bilhões à Casa Branca. (*Global 21*, 20/03/02)

Empresas consumidoras são contra sobretaxar o aço estrangeiro

- As transformadoras brasileiras de aço laminado ou galvanizado em peças prontas para o consumidor final são contra a elevação da alíquota de importação de aço, de 12% para 30%, e já começam a mobilizar-se. A imposição de barreiras à entrada de aço estrangeiro está sendo pedida ao governo pelas siderúrgicas brasileiras, como resposta às medidas protecionistas já adotadas nos Estados Unidos e em via de adoção pela União Européia.

Os seis sindicatos de transformadores de aços em peças prontas (Sindipeças, Sictel, Sindimaq, Sindiforja, Sindicato dos Parafusos e Sindicato de Esquadrias de Alumínio) que representam os grandes consumidores privados anunciaram que querem participar, na próxima semana, da reunião entre siderúrgicas e o governo, quando se decidirá se as taxas de

importação serão elevadas para proteger os produtores nacionais de aço. (*Gazeta Mercantil*, 22/03/02)

Discuten crear una hidrovía para conectar Minas Gerais con el Mercosur- Autoridades, empresarios y representantes de entidades financieras brasileñas e internacionales se reunieron para discutir la conexión hidroviaria de Minas Gerais -la tercera gran región económica brasileña- con el Mercosur.

Las conversaciones tuvieron lugar en la sede de la secretaría estadual de Transportes y Obras Públicas. La construcción de la hidrovía debe estimular la instalación de un puerto en el distrito industrial de Chaveslandia, en el Portal del Triángulo, que puede tornarse un polo de navegación fluvial del sistema pluvial Paranaíba- Paraná-Tieté.

Las potencialidades del lugar ya fueron estudiadas y confirmadas por los técnicos de la secretaría estadual y del ministerio nacional de Transportes. (*El País/Uruguay*, 22/03/02)

Micro e pequenas empresas respondem por 10% das exportações brasileiras em 2000- A participação das empresas de pequeno porte no total do comércio exterior brasileiro saltou de 2% em 1998 para 10% em 2000, segundo a Funcex. Das 16.016 empresas que exportaram naquele ano, a metade era composta por micro e pequenas empresas (MPEs). O estudo mostra que as MPEs aumentaram sua participação nas vendas externas do país e responderam por 10% de tudo o que foi embarcado pelo Brasil em 2000, com uma fatia superior a US\$ 5,5 bilhões.

No mesmo ano, o país exportou US\$ 55,086 bilhões. Se a esses valores forem somadas as vendas externas das médias empresas, a fatia total das pequenas e médias chega a 20%. As 3.939 microempresas embarcaram US\$ 2,187 bilhões, ou 4% do total. As pequenas, num total de 4.048 empresas, exportaram 6,7% do global, o que corresponde a US\$ 3,669 bilhões. (SEBRAE)

Notas e Correspondências

La encrucijada de Porto Alegre - Las

manifestaciones de Barcelona han demostrado el crecimiento de la protesta contra la visión neoliberal de la mundialización. Al mismo tiempo, son cada vez más evidentes las contradicciones del llamado movimiento antiglobalización, entre un componente elitista y radical y otro en el que están los sectores más representativos de la sociedad civil, y entre ellos los sindicatos.

Curiosamente, los santones del fundamentalismo liberal y algunos exponentes de la antiglobalización coinciden en negar o despreciar el papel de los sindicatos. Los primeros para imponer la desregulación total del mercado de trabajo y los otros para monopolizar la calle o la interlocución institucional.

Los hechos son tozudos. El 14 de marzo en Barcelona, la Confederación Europea de Sindicatos (CES), que agrupa a 60 millones de trabajadores, movilizó 150.000 personas, como antes hizo en Bruselas, Niza, o en Oporto, en sucesivas euromanifestaciones por la democratización de la UE y por el empleo y los derechos sociales. Y la participación sindical ha sido muy amplia en la manifestación convocada por el Foro Social de Barcelona.

Sin embargo, durante la pasada edición del Foro de Porto Alegre se transmitió una imagen parcial de lo que fue esta importante cita de la sociedad civil. El mérito de Porto Alegre es haber aglutinado a todos los que reclaman un mundo más solidario, respetando la autonomía de cada organización para elaborar sus propuestas. Porto Alegre es un importante lugar de encuentro entre movimientos y culturas diversas, y a menudo dispares, pero no una nueva Internacional, como algunos dicen.

El aumento de participantes extranjeros este año en relación a 2001 se debe en buena medida a que ciertos sectores y países poco presentes entonces se han hecho esta vez notar. Por ejemplo, Africa y el mundo árabe, también las organizaciones de mujeres y del mundo sindical.

Me extraña que no lo viera Vázquez Montalbán, hombre nada insensible a los avatares de los trabajadores, pero cuyas crónicas me han decepcionado ya que se limitaba a contar con cuántas estrellas, vedettes y figurones internacionales se topó.

En Porto Alegre se reunió un Foro Mundial por el Sindicalismo y el Trabajo, convocado por todas las Internacionales sindicales que habían expuesto su voluntad de participar en esa convocatoria de la sociedad civil para introducir en sus debates los problemas del empleo, la violación de la libertad sindical por las multinacionales y los gobiernos, la discriminación laboral de las mujeres, etc.

Es un error reducir Porto Alegre a un desfile de estrellas. Pero menos aceptable es su afirmación de que el Foro de Porto Alegre es una nueva Internacional. No lo es porque sensatamente lo prohíbe su Carta de Principios. Y tampoco debe serlo en el futuro porque lo único que se conseguiría es destrozar todas las potencialidades de Porto Alegre condenándolo a la dispersión. El FSM debe favorecer el acercamiento de redes de la sociedad civil que produzcan alternativas, pero no puede pasar de ahí. El intento en el Consejo Internacional del FSM (noviembre de 2001) de aprobar una resolución que condenaba el 11-S y la política exterior de EEUU (más lo segundo que lo primero) naufragó cuando alguien recordó que en el FSM no se vota.

También tienen razón quienes señalan la necesidad de que el Foro de Porto Alegre reflexione sobre el problema de la violencia, y la verdad es que el Comité Organizador brasileño denunció públicamente la presencia de organizaciones violentas como las FARC o terroristas como ETA. El FSM deberá alejar sin contemplaciones a quien esté vinculado con la violencia y eso ha empezado a efectuarse. No es mala señal que extremistas como Hebe de Bonafino hayan mostrado su malestar por la moderación del FSM.

Una de las estrellas de Porto Alegre en 2001 (muy desvaída en esta edición), el francés José Bové, se marchó diciendo que en Porto Alegre se hablaba mucho y se movilizaba poco. Bové saltó a la fama cuando reventó un McDonald's para protestar por las sobretasas a la exportación a EEUU de sus quesos de roquefort, pero su confederación de propietarios agrarios nunca se ha manifestado en Bruselas para pedir que se disminuyan los aranceles. Tendremos que aclararnos los europeos: podemos ser solidarios e internacionalistas o campeones del proteccionismo, pero todo a la vez no puede ser, por muchas fotos que nos hagamos con indígenas de Perú.

¿Soluciones nacionales o integración regional? Si se avanza en el fortalecimiento del Mercosur y en el giro social en la UE, como ha pedido la CES en Barcelona y los sindicatos del Cono Sur a sus autoridades, ambos bloques podrían abrir un nuevo modelo de relaciones políticas, comerciales y económicas.

El FSM puede seguir siendo un lugar de encuentro de grupos transnacionales para elaborar sus alternativas, y donde las personalidades de la cultura puedan aportar ideas. Los trabajadores tenemos organizaciones que debemos unir, renovar e internacionalizar, para luchar en alianza con los nuevos movimientos sociales, por esa otra Europa y ese otro mundo que se reclamó en Porto Alegre y en Barcelona.

Juan Moreno (fue representante de la Confederación Europea de Sindicatos en el Consejo Internacional del Foro de Porto Alegre.) *El Mundo*, 20/03/2002